

# ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE AS TESES DESENVOLVIDAS NO BRASIL SOBRE O TEMA

## STUDENTS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION: A LOOK AT THE THESES DEVELOPED ON THE THEME IN BRAZIL

Flávia Verônica Silva Jacques<sup>1</sup>

### Resumo

O acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro tem sido objeto de reflexão por pesquisadores e educadores das mais diversas áreas do conhecimento, ao longo de várias décadas. As orientações para a assistência educacional de pessoas com deficiência são estabelecidas legalmente no país a partir da primeira Lei de Diretrizes Básicas (LDB) em 1961, a LDB nº 4.024/1961. Enfatiza-se no texto legal, entre outros aspectos, a condenação ao tratamento desigual e quaisquer tipos de preconceito de classe ou raça, no âmbito educacional. As informações divulgadas pelo Censo da Educação Superior, em 2017, revelam um aumento de 86% de matrículas de alunos com deficiência no ensino superior, comparadas ao ano de 2009. Estas circunstâncias vêm motivando a adequação de políticas assistenciais no âmbito das universidades, que assegurem não somente o ingresso dos alunos com deficiência no ensino superior, mas, sobretudo, sua formação. Este artigo objetiva investigar o desenvolvimento de pesquisas realizadas no nível *stricto sensu* (Teses) sobre as políticas educacionais de inclusão e permanência do aluno com deficiência no ensino superior, cujos resultados buscam contribuir para as discussões teórico-empíricas a respeito dessa complexa problemática.

**Palavras-chave:** Acesso. Ensino Superior. Inclusão. Estudantes com Deficiência. Políticas Educacionais.

### Abstract

The access of people with disabilities to Brazilian higher education has been the object of reflection by researchers and educators from the most diverse areas of knowledge, over several decades. Guidelines for the educational assistance of persons with disabilities are legally established in the country by the first Basic Guidelines Act (LDB) in 1961, (LDB no. 4,024/1961). The legal text emphasizes, among other aspects, the condemnation of unequal treatment and any type of prejudice of class or race, in the educational environment. The information released by the Census of Higher Education in 2017 shows an increase of 86% in enrollments of students with disabilities in higher education, compared to the year 2009. These circumstances have motivated the adaptation of assistance policies within the universities that ensure not only the entrance of students with disabilities in higher education, but especially their training. This article aims to investigate the development of research carried out at *stricto sensu* level (Theses) on educational policies regarding the inclusion and permanence of students with disabilities in higher education. The results can contribute to theoretical-empirical discussions about this complex problem.

**Keywords:** Access. Higher Education. Inclusion. Students with Disabilities. Educational Policies.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos – Universidade Católica de Pelotas, RS.  
E-mail: [flaviajacques@furg.br](mailto:flaviajacques@furg.br)

As discussões acerca do acesso de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro têm sido objeto de reflexão por pesquisadores e educadores das mais diversas áreas do conhecimento. Inúmeras pesquisas, entre elas as teses desenvolvidas por Morejón (2009); Castro (2011); Cabral (2013) e Silveira (2015) exploram o tema sob as mais variadas óticas, como: a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior; as políticas públicas de acesso; a implementação de indicadores para avaliação e monitoramento de serviços especializados; aspectos estruturais das instituições de ensino, entre outros vieses.

Os resultados apresentados nesses estudos ressaltam que ainda muito precisa ser feito para que as instituições educacionais oportunizem e incentivem uma educação para todos por meio de ações suficientes e adequadas para a permanência e a participação desses alunos (MOREJÓN, 2009; CASTRO, 2011).

Nas últimas décadas, ações afirmativas estão sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro para garantir o direito constitucional de educação para todos. Ações afirmativas podem ser descritas como “o conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição em qualquer sociedade” (MENEZES, 2001, p. 27).

Contudo, a democratização do acesso ao ensino para todos não garante o desenvolvimento da aprendizagem, nem tampouco a conclusão dos estudos.

A tese realizada por Silveira (2015) revela que os referenciais exigidos para a inclusão no ensino superior são mínimos e buscam garantir o acesso, mas nem sempre a permanência e o sucesso de alunos com algum tipo de deficiência nesse nível de ensino. Essas circunstâncias vêm motivando a adequação de políticas assistenciais no âmbito das universidades, que assegurem não somente o ingresso dos alunos com deficiência no ensino superior, mas, sobretudo, sua formação acadêmica.

Na Política de Educação Superior, a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e a superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Compreende ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, e o acompanhamento das necessidades educativas especiais (ALVES, 2002).

As informações divulgadas pelo Censo da Educação Superior de 2017, realizado pelo Ministério da Educação por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Tei-

xeira (INEP), mostram que apenas 0,46% do total de 8.286.663 de matrículas no ensino superior brasileiro são de alunos com deficiência, distribuídos entre as modalidades de cursos presenciais ou a distância - EAD. Em termos de evasão entre os estudantes com deficiência, esta chega a superar 27% do total. A deficiência física é a mais comum entre os matriculados no ensino superior, segundo dados do Censo de 2017, seguidos de baixa visão, deficiência auditiva, cegueira, surdez, e deficiência intelectual. Contudo, apesar de uma baixa representatividade, o número de matrículas de pessoa com deficiência no ensino superior brasileiro aumentou consideravelmente nos últimos anos (2009-2017), segundo o INEP, mostrando um aumento percentual de 86%.

Diante do exposto, a presente pesquisa busca, por meio de duas abordagens combinadas: análise bibliométrica<sup>2</sup> e análise de conteúdo, investigar o desenvolvimento de pesquisas realizadas no nível *stricto sensu* (Teses), sobre as políticas educacionais de inclusão e permanência do aluno com deficiência no ensino superior, cujos resultados poderão contribuir para as discussões teórico-empíricas dessa complexa problemática.

A justificativa para este estudo está na necessidade de se desvelar os diferentes fatores e variáveis que influenciam diretamente no processo de inclusão, permanência e desempenho educacional desses sujeitos, para que se possa refletir sobre políticas assistenciais efetivas, ações e metodologias adequadas à realidade dessas pessoas, de forma a tornar possível sua formação acadêmica, considerando o crescimento de matrículas no ensino superior, bem como os recursos destinados pelo governo a este fim.

## **1 A legislação sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino brasileiro**

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. Em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e em 1955, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi (BRASIL, 1994).

---

<sup>2</sup> Análise bibliométrica é uma abordagem que produz indicadores de produção científica utilizados, entre outros aspectos, para extrair informações úteis para a compreensão da estrutura social e intelectual de um campo científico (HAYASHI, 2013, p. 60).

Os fundamentos para a assistência educacional de pessoas com deficiência são estabelecidos legalmente no país a partir da primeira Lei de Diretrizes Básicas (LDB), nº 4.024/1961, sancionada pelo Presidente João Goulart. Enfatiza-se no texto legal, entre outros aspectos, a condenação ao tratamento desigual a quaisquer tipos de preconceito de classe ou raça, no âmbito educacional. No decorrer do texto da referida LDB nº 4.024/1961, identifica-se, pela primeira vez, a preocupação do governo com a educação de pessoas com deficiência, tratadas pela Lei como “excepcionais”. Em seu Título X - Da Educação de Excepcionais – consta no Art. 88. “A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. E Art. 89, “Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.” A partir da edição desta LDB (posteriormente revogada pela Lei nº 9.394/1996), notam-se suaves mudanças no sistema geral de educação no país. Porém, o acesso e a integração dessas pessoas ainda necessitavam de maiores regulamentações.

Na década seguinte, tem-se a edição da Lei nº 5.692/1971, que estabelece um detalhamento mais específico sobre a educação de pessoas com deficiência. Discorre em seu Art.9º:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

A partir dessa normativa, observa-se um esforço inicial por parte das escolas em oferecer atendimento diferenciado e especializado aos alunos que apresentassem algum tipo de deficiência. Ainda, inicia-se o processo de criação das chamadas “Classes Especiais”. Contudo, a garantia da educação como direito universal só é reconhecida às pessoas com deficiência com a Constituição Federal de 1988 (CF/88). O Art. 208 assegura como dever do Estado, dentre outros aspectos, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

No ano seguinte, a Lei nº 7.853/1989, em seu Art. 1º, estabelece “normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências<sup>3</sup>, e sua efetiva integração social”. A referida Lei determina ao Poder Público e aos seus órgãos o dever de assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos.

Em âmbito internacional, alguns tratados e convenções articulam e avançam sobre os direitos da pessoa com deficiência. Em junho de 1994, na cidade de Salamanca, Espanha, ocorre a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (termo utilizado naquela época ao referir-se às pessoas com deficiência), com foco no acesso e na qualidade do ensino e na busca pela educação para todos. Foram registrados, nesta Conferência, mais de 300 participantes, representando 92 governos (inclusive o Brasil), e 25 organizações internacionais. A proposta era analisar as mudanças fundamentais das políticas necessárias para ações de educação inclusiva, que promovessem a capacitação das escolas e dos professores para atendimento a todas as crianças, sobretudo as que apresentassem necessidades educativas especiais (UNESCO, 1994). Desta Conferência originou-se a Declaração de Salamanca, considerada uma estratégia global de educação, e um consenso mundial sobre as futuras orientações da educação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

No mesmo ano, a Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793/94 faz recomendações para a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa com deficiência nos currículos de formação de docentes da área de ensino.

Com relação à inserção de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro, observam-se os primeiros avanços na Lei de Diretrizes Básicas (LDB) nº 9.394/1996. A LDB de 1996 estabelece a inserção de estudantes com deficiência na escola comum e ainda define a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Em dezembro do mesmo ano, institui-se o Decreto nº 3.298/99, que dispõe especificamente sobre a política nacional para a integração da pessoa com deficiência. Por meio desse decreto, a “educação especial” passa a ser considerada como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

---

<sup>3</sup> A terminologia “pessoas portadoras de deficiências” e “pessoas portadoras de necessidades especiais” foram utilizadas pela legislação brasileira, assim como outras terminologias: excepcionais, anormais, etc, para referir-se à pessoa com deficiência. A terminologia “pessoa com deficiência” passa a ser utilizada nas produções científicas e na legislação somente a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído no ano de 2015.

Por meio da Lei nº 10.436/02, que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o país reconhece a língua de sinais como o meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados, a serem utilizadas no meio educacional. Ainda, a Portaria (MEC) nº 2.678/02 aprova o projeto da grafia braile para a língua portuguesa, e recomenda o seu uso em todo o território nacional.

Em 2003, para o reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições, o governo cria a Portaria nº 3.284/03, que estabeleceu os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização. Outras ações governamentais foram estabelecidas nos anos seguintes, como em 2005 a criação do Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Programa Incluir).

Em 2006, ocorre outra importante convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, outorgada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Como produto dessa convenção, cria-se um tratado internacional, que altera o conceito de deficiência. Em seu Art. 1º, considera que “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas”. Este tratado impulsiona, em nível mundial, novas ações afirmativas por parte dos governos.

O Brasil cria a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, em 2008, publicada pelo Ministério da Educação (MEC). De acordo com as diretrizes da nova política, a educação para pessoas com deficiência é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de ensino.

No ano de 2010, é instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio do Decreto nº 7.234, com a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. O PNAES compreende ações de assistência à moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, entre outras áreas.

No intuito de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, tem-se a criação do Estatuto da Pessoa com deficiência, através da edição da Lei nº 13.146/2015. O Estatuto assevera em seu Art. 27 que: “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado no sistema

educacional inclusivo, em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos [...]”.

Em seu Art. 28, o Estatuto discorre sobre as incumbências do setor público, atribuindo ao poder público o dever de “[...] assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar todos os sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.”

O Estatuto da Pessoa com Deficiência torna-se um marco regulatório que traduz a responsabilidade do poder público para com estes indivíduos, mediante a adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino no país. No ano seguinte, as pessoas com deficiência passam a ser incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior (que já contemplava estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas), por meio da Lei nº 13.409/16.

## **2 Procedimentos metodológicos**

A presente pesquisa visa examinar as dimensões quantitativa e qualitativa da produção científica selecionada para análise. No intuito de mapear as pesquisas mais recentes desenvolvidas sobre o tema, fez-se uma revisão de literatura de teses, por meio de duas abordagens combinadas: a análise bibliométrica e a análise de conteúdo.

“O olhar sobre a totalidade é imprescindível para a compreensão da constituição da área da Educação Especial, e isso exige investigar os aspectos relacionados ao processo social de produção, de comunicação e de avaliação do conhecimento científico” (HAYASHI e GONÇALVES, 2018, p. 136). Dessa forma, analisar as produções científicas sobre a temática nos permite a compreensão de metodologias, teorias e interfaces desse processo, capazes de contribuir para o desvelamento de impasses e para a construção de alternativas adequadas ao desenvolvimento da educação superior.

A fonte de dados foram as teses realizadas sobre o tema “educação para alunos com deficiência”, durante o período de 2001 a 2016, sendo que a coleta das informações para análise deu-se no Banco de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por meio do endereço eletrônico <http://bdt.d.ibict.br/vufind/> . Utilizou-se a busca avançada para inserção dos seguintes termos de pesquisa: ensino superior, necessidades especiais, deficiência e inclusão. Como parâmetros, foram marcados os termos em “*all fields*”, deixando livre para todas as bases e instituições, tendo sido escolhido o idioma português.

### **3 Resultados**

Ao efetuar esse levantamento, obteve-se um total de vinte e três (23) teses produzidas no período. A Tabela 1, a seguir, mostra o quantitativo por instituição de ensino:

**Mapeamento de Teses – Tabela 1 – 2001-2016.**

<b>Siglas das Instituições</b>	<b>Teses</b>
UFSCAR	5
UFRN	1
UFG	1
PUC_RS	1
UFRGS	1
UFCS	2
UFSM	1
USP	2
PUC_SP	2
UERJ	2
UNB	1
UNICAMP	1
UFU	1
UFPEL	1
UNIVALI	1
<b>Total</b>	<b>23</b>

**Fonte:** Produzido pela autora com base no BDTD – IBICT.

Após o mapeamento das instituições e respectivas pesquisas, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos das teses. A opção por este nível de pesquisa deu-se por seus relevantes atributos: aprofundamento e ineditismo, e por sua efetiva contribuição ao campo científico.

Ao vislumbrar os direcionamentos dados pelas teses, em termos de aprofundamento sobre a temática, fez-se a exclusão de quatorze (14) teses. Optou-se pela exclusão dessas teses por observar que as mesmas abordavam a problemática da educação para alunos com deficiência na modalidade da educação básica, ensino médio e/ou ensino técnico, o que não se alinha a esta proposta de estudo, ou seja, o ensino superior.

A Tabela 2, a seguir, mostra o quantitativo de teses, as respectivas Instituições e Programas de Pós-Graduação, que configuram a amostra deste estudo:

**Quantitativo de Teses sobre Alunos com Deficiência no Ensino Superior – Tabela 2 - 2001 a 2016.**

<b>Siglas das Instituições</b>	<b>Programas de Pós-Graduação</b>	<b>Teses</b>
UFSCAR	Educação Especial	2
UFSC	Engenharia de Produção	2
USP	Psicologia	2
UERJ	Educação	2
UNIVALI	Educação	1
TOTAL		9

**Fonte:** Produzido pela autora com base no BDTD-IBICT.

A seguir, são apresentados os resultados dessas teses, mostrando a importância de suas evidências para a implementação das adequadas políticas sociais adequadas, voltadas à pessoa com deficiência. Para a implementação dessas teses, optou-se pela ordem cronológica das publicações.

O primeiro estudo a ser apresentado é de Torres (2002), intitulado “As perspectivas de acesso ao Ensino Superior de Jovens e Adultos da Educação Especial”. A autora apresenta como objetivo geral: investigar a atuação dos professores do ensino público para jovens e adultos, na modalidade Educação Especial, bem como suas percepções sobre as possibilidades desses estudantes avançarem em seus estudos, alcançando a educação superior.

Torres (2002) trabalha em sua tese com a hipótese principal de que “a infraestrutura de apoio aos alunos e docentes, bem como o ambiente escolar, não oferecem condições que viabilizem o equilíbrio de oportunidades, ao garantir o direito a uma educação de qualidade, de forma a permitir aos alunos afetados por deficiência o acesso ao ensino superior”. Os sujeitos investigados são docentes em uma escola pública, dedicada exclusivamente ao ensino de jovens e adultos.

Por meio de sua tese, Torres (2002) constatou que ascender ao nível dos estudos universitários é um grande desafio para as pessoas com deficiência, pois às barreiras

socioeconômicas comuns se agregam outras barreiras específicas, associadas às deficiências que as acompanham durante toda a sua vida acadêmica.

Sua tese revela que uma grande parte dessas dificuldades está relacionada à etapa do acesso do aluno ao ensino superior, em que é necessário adquirir determinadas competências e conhecimentos que serão exigidos nos exames de ingresso às instituições de ensino, como por exemplo o domínio de novas tecnologias de informação e comunicação, hoje fundamentais para o desempenho de diversas atividades, tanto educativas quanto laborais. Revela, ainda, que o acesso às carreiras universitárias mais concorridas exige níveis de conhecimento mais elevados em todas as disciplinas. Nesse aspecto, Torres mostra, com sua pesquisa, que os alunos com deficiência auditiva ficam prejudicados pela ausência de uma metodologia específica para o ensino de línguas estrangeiras; e os alunos com deficiência visual, que utilizam o Braille, não chegam a trabalhar com o Braille técnico, o que dificulta o aprendizado de determinados conteúdos como matemática e química, indispensáveis para o desempenho de carreiras técnicas e tecnológicas.

Os fatores contextuais descritos, assim como a percepção dos professores sobre as potencialidades de seus alunos sugerem que o acesso ao ensino superior permanece como uma possibilidade restrita a uma parte desses alunos, dadas as barreiras (exclusão social, material didático inadequado, materiais de apoio ineficientes, etc.) enfrentadas ao longo de sua jornada escolar.

Já a tese de Souza (2009), aborda as “Diretrizes para adequação de instituições de ensino superior voltadas à preparação de pessoas com necessidades especiais para o mercado de trabalho”. Afirma o autor que as instituições de ensino superior têm o compromisso fundamental de oferecer e transmitir aos alunos o conhecimento e o diferencial que os habilitem a ter contato com o mundo dos negócios.

O objetivo geral da tese é propor um conjunto de diretrizes que identifiquem e viabilizem as medidas necessárias para que as instituições de ensino superior possam atuar na preparação e integração das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Definiu-se como população: a) alunos que frequentam o terceiro ano do ensino médio ou da faculdade, por estarem se preparando ou já estarem integrados ao mercado de trabalho; e b) gerentes ou administradores de recursos humanos de empresas públicas ou privadas, que tenham sob seus cuidados pessoas que apresentam

necessidades especiais. Foram realizadas entrevistas no intuito de conhecer as principais demandas dos entrevistados e o perfil ideal do profissional solicitado pelo mercado de trabalho.

Os resultados da tese apontam para uma série de fatores a serem considerados na construção de diretrizes pelas instituições de ensino superior, no intuito de integrar as pessoas com deficiência ao mercado de trabalho: a) proporcionar o acréscimo e a disseminação dos tipos de deficiência à toda a população; b) melhorar a qualidade do ensino por meio de orientação e pesquisas, que forneçam condições para que os professores, pedagogos, orientadores escolares, e equipes de apoio, entre outros profissionais, de modo que esses estejam preparados para melhor atender às pessoas com deficiência; c) ofertar mais e melhores materiais de ensino e suporte, que atendam às necessidades dos alunos; d) prover maiores condições de acessibilidade às entidades educacionais; e) ouvir com maior empenho e disponibilizar meios de comunicação aos indivíduos com deficiência; f) disponibilizar maior oferta de cursos viáveis para os estudantes com deficiência, g) incentivar a construção de lugares propícios, que preparem deficientes e familiares para a inclusão, para que haja maior igualdade social e educacional; h) desenvolver efetivas oportunidades de trabalho, assim como oportunizar a formação gratuita de ensino profissionalizante adequado à pessoa com deficiência, além de capacitar os professores para o atendimento a essas deficiências.

Souza (2009) finaliza sua tese, mostrando que é necessário e indispensável ouvir com maior empenho, aos indivíduos com deficiência disponibilizando os meios de comunicação os indivíduos com deficiência, de modo a melhor atender às suas reivindicações, e, assim, criar novas diretrizes adequadas às suas demandas.

A tese de Morejón (2009) investigou o processo de acesso e acessibilidade de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Rio Grande do Sul, no intuito de conhecer o número de pessoas com deficiência matriculadas, e que frequentam regularmente os cursos de graduação. E, ainda, verificar os recursos disponíveis (humanos, materiais, didático-pedagógicos, e as adaptações curriculares e arquitetônicas), em relação ao acesso e à acessibilidade, e ainda, quais são as concepções dos alunos com deficiência sobre o acesso e a acessibilidade ao ensino superior do Rio Grande do Sul.

Foram entrevistados um total de 39 alunos com deficiência, matriculados e frequentando os cursos de graduação das universidades públicas do Estado, além de 36 professores. Como resultados

apresentados, tem-se que: o número de homens (28, sendo 58%), e de mulheres (16, perfazendo 42%) de alunos com deficiência, que frequentam o ensino superior. Um dado relevante observado pelo pesquisador é que a maioria dos deficientes visuais escolheu a universidade por sua localização, enquanto 26% dos deficientes físicos escolheram o curso por orientação profissional, mostrando que o tipo de deficiência é uma variável considerada nesse processo de escolha.

Conclui-se, com essa pesquisa, que o acesso de pessoas com deficiência nas IES é gradativo e demanda mudanças estruturais e administrativas na instituição, e também quanto à concepção de homem – indispensável à eliminação de barreiras atitudinais. Para Morejón (2009), a eliminação de barreiras atitudinais é um tipo de modificação que apenas se fará mediante um trabalho de informação, mobilização, conscientização, que instrumentalize e concretize a realização de ações de respeito à diversidade, bem como de valorização das diferenças como elementos enriquecedores da contínua aprendizagem, que é a existência humana. Suas evidências apontam que a universidade deve ampliar o significado de sua função social, a fim de que as pessoas com deficiência deixem de ser representadas pelas categorias da deficiência, e a elas seja assegurado o direito à igualdade de oportunidades e à educação.

A tese de Marques (2010) apresenta, como foco de estudo, conhecer a percepção dos professores da rede pública da cidade de Manaus sobre o processo de inclusão educacional de alunos com deficiência, do ensino básico ao ensino superior. Buscou-se, também, identificar quais adaptações foram necessárias para receber esses alunos, e quais foram as práticas docentes realizadas pelos professores, visando à inclusão, além da verificação da existência de políticas públicas inclusivas no município.

Os resultados do estudo revelam, com base nas percepções dos professores entrevistados, que, com relação às adaptações estruturais, as escolas da educação básica não estão preparadas para receber alunos com deficiência. Com relação às IES, os docentes afirmam que adaptações estruturais, tais como rampas e banheiros, foram realizadas.

No que diz respeito às adaptações de materiais pedagógicos, constata-se que as escolas do ensino básico possuem material adaptado, o que não ocorre no ensino superior. Com relação aos projetos pedagógicos, verificou-se que os professores da educação básica desconhecem esse documento, diferentemente dos professores universitários.

Sobre as ações atitudinais, constatou-se uma ampla iniciativa dos professores da educação básica em realizar campanhas de sensibilização, visando favorecer a inclusão; já no caso dos professores universitários, os mesmos não as realizam, esperando que essa ação seja de iniciativa institucional. Essa última afirmação baseia-se em relatos colhidos de 15 professores universitários, que afirmam não estar preocupados com sua “maneira de ensinar”, atribuindo à instituição e ao próprio aluno as adaptações necessárias, segundo a pesquisadora. Nas palavras de Marques (2010, p. 83), “nas instituições universitárias vinculadas a este estudo, constatamos a inexistência de programas ou projetos que possam modificar os relatos, garantindo a acessibilidade no decorrer da formação acadêmico-profissional dos alunos com deficiência”. A pesquisadora destaca, ainda, que o comprometimento do professor é fundamental em todo o processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência, desde o ensino básico até o ensino superior.

Castro (2011) apresentou, como objetivo de sua tese, identificar as ações e iniciativas de universidades públicas brasileiras quanto ao ingresso de pessoas com deficiência, a fim de verificar as barreiras e os facilitadores encontrados por esses estudantes no cotidiano do ensino superior. A pesquisa abrangeu 13 universidades públicas brasileiras, tendo sido a pesquisa de campo o método de investigação empregado. Constatou-se que as principais barreiras encontradas nas universidades foram: **arquitetônicas** (ausência de rampas; calçadas sem manutenção; banheiros inadequados; falta de corrimão; entre outras); **comunicacionais** (falta de informações e intérpretes de LIBRAS); **pedagógicas** (práticas pedagógicas inadequadas; falta de material didático adaptado; problemas na atuação de intérpretes); e **atitudinais** (atitudes inadequadas dos professores em sala de aula; problemas de relacionamento com os colegas; desrespeito às vagas reservadas em estacionamentos).

Com relação aos facilitadores da permanência do aluno com deficiência no ensino superior, considerados como ações implementadas pelas universidades em prol dos estudantes com deficiência, o mais citado pelos alunos entrevistados foi o serviço de apoio. Esse serviço compreende: espaços acessíveis, atitudes positivas, recursos adaptados, presença de intérpretes, e a reestruturação dos espaços comuns na universidade.

As evidências colhidas na tese mostram que os serviços de apoio oferecidos nas universidades, permitem que os alunos desenvolvam mais atividades e de forma melhor, participando mais da vida acadêmica, e se sentindo efetivamente integrados à comunidade universitária. Isso faz

com que esses facilitadores, quando ofertados pela instituição, se tornem-se determinantes para a permanência bem-sucedida desses alunos nas universidades.

Nas considerações finais da pesquisa, Castro (2011) afirma que as universidades pesquisadas, apesar de implementarem ações importantes em termos de inclusão, o fazem ainda de forma insuficiente para garantir a permanência dos alunos com deficiência no ensino superior.

A tese apresentada por Maria Ramalho (2012) busca avaliar as contribuições do Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) para a permanência e o bom desempenho acadêmico dos seus alunos com deficiência no ensino superior. Foram considerados sujeitos dessa pesquisa: os alunos com deficiência; os respectivos tutores, professores, e a coordenadora do referido programa, tendo sido todos entrevistados sobre suas experiências.

O Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba oferta, desde 2006, atendimento pedagógico individualizado aos alunos matriculados em qualquer de seus cursos de graduação, com o auxílio de tutores capacitados para o serviço. Para o processo de avaliação do Programa de Tutoria Especial, a pesquisadora colheu evidências a partir das respostas e comentários realizados durante a entrevista, a partir de quatro pontos de reflexão: descrição do atendimento do Programa; avaliação geral do Programa; avaliação do trabalho dos Tutores; e sugestões para o aprimoramento das atividades do Programa.

Com relação ao atendimento dos Tutores, os alunos entendem que cabe aí a necessidade de acrescentar às suas tarefas a atitude de incentivar e orientar os alunos a utilizarem, em seu cotidiano acadêmico, as tecnologias assistivas. Já na percepção dos Tutores sobre suas próprias atribuições, os mesmos alegam que as ações de suporte aos alunos surdos precisam ser repensadas pela instituição, havendo a necessidade da utilização profissional de intérpretes de LIBRAS. Outro aspecto enfatizado pelos Tutores refere-se ao excesso de carga horária normalmente utilizada para satisfazer a todas as necessidades dos alunos com deficiência, pois muitas atividades não conseguem ser desenvolvidas durante as 12 horas de jornada contratada.

Como sugestões ao programa, a pesquisa mostra as seguintes possibilidades: promoção de formação continuada para os docentes; aquisição de acervo bibliográfico em Braille; e a aquisição de equipamentos para a adaptação de materiais para braille.

Por fim, as entrevistas revelaram que, de um modo geral, todos os sujeitos da pesquisa avaliaram positivamente o Programa de Tutoria Especial, alegando que o mesmo contribui tanto para

a permanência dos alunos na academia, quanto para o seu bom desempenho acadêmico. Como conclusão, a pesquisadora chama a atenção para o desenvolvimento desse tipo de Programa dentro das universidades, como forma de contribuir para a permanência dos alunos com deficiência no ensino superior.

Na perspectiva de desvelar os serviços ofertados a alunos com deficiência, em um cenário internacional, o objetivo da tese de Cabral (2013) foi explorar, em diferentes países, iniciativas relacionadas à orientação acadêmica e profissional dos alunos com deficiência. Para tanto, realizaram-se estudos de caso na Itália, Inglaterra, França, Dinamarca e Irlanda.

Partindo das evidências colhidas nesses países, e de uma análise global das boas práticas desses serviços oferecidos aos alunos com deficiência, o estudo faz a proposição de indicadores que podem contribuir com a comunidade científica e universitária, de modo a implementar, avaliar e acompanhar um programa específico de orientação acadêmica e profissional para estudantes universitários com deficiência.

Em termos da implementação desses serviços, e a fim de oferecer uma efetiva orientação aos estudantes universitários com deficiência, que seja voltada ao mundo do trabalho, o pesquisador apresenta, como fatores relevantes e que devem ser considerados pelas universidades: a) planejar e desenvolver, desde o início de sua carreira acadêmica, uma avaliação inicial e um monitoramento contínuo dos objetivos, necessidades, e do desenvolvimento do aluno, considerando o seu projeto de vida, o reconhecimento de sua identidade e de suas motivações; b) promover módulos de formação e de atualização sobre questões relacionadas e voltadas aos profissionais da universidade e, particularmente, dos serviços de tutoria especializada e de orientação profissional; c) promover a relação entre o aluno e o mundo do trabalho por meio de atividades de estágio (pré- e pós-graduação), além de programas de formação relacionados às suas habilidades e aspirações; d) organizar atividades que permitam aos alunos a aquisição de competências específicas relacionadas à elaboração do Currículo Vitae e da apresentação pessoal; e) fornecer às empresas eventuais consultorias sobre as competências profissionais adquiridas pelos graduandos e graduados com deficiência e sobre as adequações específicas a serem implementadas no local de trabalho (acessibilidade física, tecnologia, recursos humanos, etc.); f) instaurar relações com as associações de empresas locais, em colaboração com os serviços de emprego, e com as atividades de sensibilização; e g) Manter atualizado o banco de dados em que são organizadas as informações inerentes às oportunidades de estágio e emprego.

Com relação aos indicadores propostos pela pesquisa, trata-se de um conjunto de cinquenta e quatro indicadores agrupados em quatro conjuntos: estudantes, professores, colegas de curso e serviços. Para cada indicador, apresentam-se, como possíveis respostas: *sempre evidente*, *frequentemente evidente*, *pouco evidente* e *não evidente*. Para cada grupo, calcula-se o score de cada coluna de respostas. Por meio dos indicadores propostos na tese, Cabral (2013) entende ser possível a avaliação e o monitoramento de programas de orientação acadêmica e profissional implementados pelas universidades brasileiras.

A tese de Eliane Góes, publicada no ano de 2015, centrou-se em analisar as políticas de inclusão e as condições de permanência dos alunos com deficiência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Para cumprir esse propósito, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, direcionadas a alunos com deficiência (física, sensorial e/ou cognitiva), professores, coordenadores de cursos, diretores de campi e de centros, onde esses alunos se encontravam matriculados, além de integrantes do Programa Institucional de Ações relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) e gestores dos cinco campi da universidade.

Explica Góes (2015) que a UNIOESTE implantou o PEE em atendimento a uma reivindicação regional do movimento organizado pelas pessoas com deficiência. E que o mesmo se encontra organizado em forma de colegiado, com uma equipe composta por professores, funcionários da universidade, alunos e militantes de movimentos sociais.

O PEE funciona com base nos seguintes objetivos, segundo evidencia a tese: promover as condições necessárias para o ingresso e permanência do aluno com deficiência na universidade; propor e acompanhar ações de eliminação de barreiras arquitetônicas; oferecer suporte no processo de ensino-aprendizagem nos níveis de graduação e de pós-graduação; potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio de novas tecnologias; incentivar a implantação de conteúdos por meio da criação de disciplinas permanentes e/ou optativas sobre educação especial, entre outros.

Após colher as informações prestadas pelos sujeitos nas entrevistas realizadas, a pesquisadora faz a análise do discurso das mesmas e aponta os achados de sua tese. Mostra que o reconhecimento da relevância do PEE para os alunos com deficiência é verificado pela maioria dos entrevistados, destacando serem imprescindíveis as ações desenvolvidas pela equipe, principalmente no processo de seleção/vestibular. Por outro lado, os entrevistados apontaram, de modo geral, a necessidade de

maiores repasses de subsídios financeiros para o Programa, o que viabilizaria a implementação de outras ações e ampliaria as já executadas. Eles reforçam ainda a necessidade de realização de concursos públicos para a contratação de profissionais especializados para o atendimento às pessoas com deficiência.

Correlacionadas a essas evidências, Góes (2015) apresenta, em suas considerações finais, as barreiras que comprometem o processo de inclusão na UNIOESTE, como por exemplo: barreiras atitudinais (que geram um sentimento de isolamento dentro do ambiente universitário), e barreiras físicas percebidas em todo o campus (degraus, banheiros não adaptados, etc.).

É oportuno ressaltar que as barreiras identificadas pela pesquisadora corroboram os estudos empíricos apresentados por Morejón (2009), Marques (2010) e Castro (2011), o que permite afirmar ser essa uma variável comum no ambiente universitário.

Finalizando as discussões e reflexões trazidas nas teses analisadas no presente estudo, a tese de Silveira (2015) apresenta, como objetivo principal, analisar a política de inclusão no Ensino Superior na modalidade EAD, e sua interpretação e tradução no projeto pedagógico das maiores instituições privadas atuantes no Brasil: Kroton Educacional, Anhanguera Educacional e Estácio Participações.

As evidências da pesquisa revelam que há influência de grupos nacionais e internacionais na elaboração dessas políticas, bem como de grupos que representam interesses específicos de pessoas com deficiência. Discorre a tese sobre o fato de que, embora o discurso predominante nas instituições de ensino superior pesquisadas tenha revelado preocupação com o acesso e com o direito de todos à educação, a política se destina a públicos específicos, prioritariamente, a alunos com deficiência física e sensorial, tendo como foco não a orientação, mas a regulação das IES em relação aos indicadores de acessibilidade.

A pesquisadora chama a atenção para as fragilidades encontradas no contexto da política nacional, no que se refere às diretrizes para a inclusão no ensino superior, apesar da existência expressiva de leis e decretos regulamentares que versam sobre essa área.

O estudo revelou que, na prática, essas instituições traduzem a política por meio da organização de iniciativas de atendimento educacional especializado, tais como a produção de recursos pedagógicos adaptados, ainda que em pequena escala. Contudo, poucas são as estratégias de

acompanhamento da trajetória de formação e da aprendizagem dos alunos com deficiência nessas universidades.

Segundo Silveira (2015), os resultados alcançados em sua pesquisa permitem consolidar a tese de que a política de inclusão no ensino superior privilegia o acesso em detrimento da permanência e do sucesso dos alunos com deficiência no ensino superior. Outrossim, as evidências colhidas nas pesquisas analisadas neste estudo também permitem consolidar a tese de Silveira (2015).

### **Considerações finais**

As teses aqui evidenciadas, apesar de versarem sobre a mesma temática, abordam a investigação a partir de objetivos e procedimentos metodológicos diferenciados, o que permite a análise de como a temática está sendo construída cientificamente, em termos de discussões teóricas e empíricas, servindo de subsídio tanto para o desenvolvimento de novas investigações como para a construção de políticas inclusivas efetivas.

A incorporação de políticas inclusivas para a educação brasileira e a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, levadas a efeito em decorrência de exigências e lutas de movimentos organizados, ou por implementação de acordos internacionais, apesar de terem avançado nas últimas décadas – conforme apresentado no item 2 – ainda encontram muitas limitações.

De acordo com as evidências apresentadas nas teses, pode-se analisar o quanto as barreiras atitudinais e físicas encontradas nas instituições de ensino são determinantes para o sucesso ou o fracasso das pessoas com deficiência durante a sua trajetória acadêmica. Isso reflete o quanto o processo de inclusão ainda necessita de uma transformação da realidade social e escolar para que haja o desenvolvimento adequado dos sujeitos. Os resultados apresentados por todas as pesquisas revelam, em comum, a necessidade de políticas inclusivas efetivas, a serem implementadas pelas instituições de ensino superior por meio de programas e ações adequadas, e que façam a diferença no cotidiano desses indivíduos, considerando suas demandas individuais e coletivas.

As instituições de ensino superior ainda necessitam avançar em muitas estratégias de modo a contribuir efetivamente para a construção, não só de uma estrutura física inclusiva, mas, sobretudo, de uma concepção acadêmica inclusiva, que envolva profundas mudanças nas atitudes das pessoas.



## Referências

ALVES, J. M. A Assistência Estudantil no Âmbito da Política de Educação Superior Pública. **Serviço Social em Revista**. v. 5, n. 1, Jul/Dez 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/cv5n1Jo.htm> . Acesso em: 01 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília: MEC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CABRAL, L. S. A. **Orientação Acadêmica e Profissional dos Estudantes Universitários com Deficiência: perspectivas internacionais**. 2013, 218 f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP.

CAREGNATO, C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**. v.15, n. 4, p. 679-684. Florianópolis, 2006.

CASTRO, S. F. **Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras**. 2011, 278 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP.

GOES, E. P. **Inclusão de Estudantes com Deficiência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE**. 2015, 255 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

HAYASHI, M. C. P. I. Afinidades eletivas entre a cientometria e os estudos sociais da ciência. **Filosofia e Educação**, 2013, v. 5, n. 2, p. 57-88.

HAYASHI, M. C. P. I; GONÇALVES, T. G. G. L. Estudo Bibliométrico dos Balanços da Produção Científica em Educação Especial na Revista Brasileira de Educação Especial (1999-2017). **Rev. Bras. Ed. Esp.**, 2018, v. 24, Edição Especial, p. 135-152.

MARQUES, M. P. S. D. **O Acesso de Pessoas com Deficiência ao Sistema Público de Ensino de Manaus na Percepção dos Professores**. 2010, 149 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto – SP.

MENEZES, P. L. de. A ação afirmativa no direito norte-americano. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2001.

MOREJÓN, K. **O acesso e a acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior público no Estado do Rio Grande do Sul**. 2009, 252 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP.

RAMALHO, M. N. **A Inclusão de Alunos com Deficiência na UEPB: uma avaliação do Programa de Tutoria Especial**. 2012, 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SILVEIRA, T. S. **Política de Inclusão no Ensino Superior na Modalidade EAD nas Universidades Privadas**. 2015. 139 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí – SC.

SOUZA, W. J. T. **Diretrizes para adequação de instituições de ensino superior voltadas à preparação de pessoas com necessidades especiais ao mercado de trabalho**. 2009. 227f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Setor de Serviços. Linha de Pesquisa: Inteligência Organizacional. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC.

TORRES, E. F. **As perspectivas de acesso ao Ensino Superior de Jovens e Adultos da Educação Especial**. 2002. 196 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC.